

As migrações no espaço russo

Em todo o espaço ex-soviético, particularmente na Rússia através da campanha anti-Geórgia de Outono de 2006 e com as novas disposições legislativas, as migrações constituem uma questão de grande importância, no que se refere aos Direitos Humanos. Na Rússia, a crise demográfica e a necessidade de mão-de-obra, originaram uma “necessidade de imigração”. Estes problemas antigos aparecem agora como um desafio político, lançado pelo presidente Vladimir Putin e o governo.

Por outro lado, a subida dos movimentos nacionalistas e a inflexibilidade da política externa russa, tornam este problema mais visível incentivando, ao mesmo tempo, tendências xenófobas e racistas na sociedade e nas instituições. Esta tendência traduz-se em políticas públicas e legislação discriminatória, aparecendo uma “preferência nacional russa”.

Na URSS, as migrações eram essencialmente internas: migrações de trabalho, deslocamentos militares e, durante e após a segunda Guerra Mundial, deslocamentos forçados. As fronteiras soviéticas eram extremamente fechadas e muito raras eram as pessoas autorizadas a sair do país: a possibilidade de emigração (a partir dos anos 70) era reservada a pessoas ditas, segundo a concepção soviética, de “nacionalidade” judaica.

Em 1991, com a queda do império soviético e a transformação da URSS em 15 repúblicas independentes, a situação mudou radicalmente: com a abertura das fronteiras os cidadãos começaram a poder sair livremente das suas Repúblicas, eclodindo, ao mesmo tempo, nos Novos Estados Independentes (NEI), que conhecem transformações económicas e sociais radicais, um sem número de conflitos.

1. Os grandes tipos e os desafios das migrações

1.1. A emigração

Com a abertura das fronteiras, no início dos anos 90, assistimos a uma emigração forte de certos países: Alemanha, Israel, Estados Unidos, Repúblicas da ex-URSS. Entre 1990 e 2003, 5 milhões de pessoas deixaram a Rússia (3,5 milhões para as Repúblicas da ex-URSS).

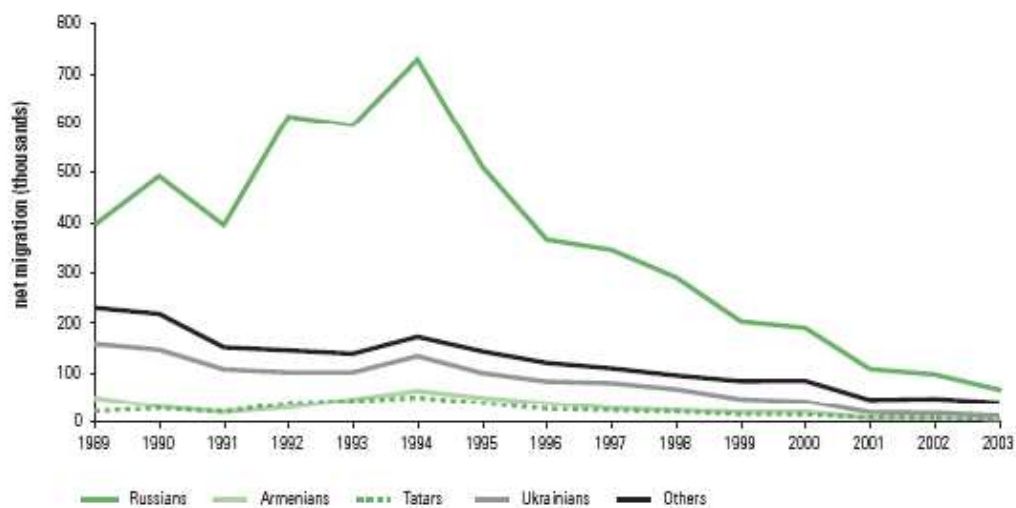
No início dos anos 90, desenvolveu-se um comércio pendular com os países fronteiriços (Turquia, China, Polónia), denominado “comércio de malas” (compra em bruto e venda em retalho). Este comércio constitui-se como uma fonte de rendimentos complementares para todas as pessoas afectadas pelas consequências económico-sociais da liberalização económica. Desde os finais dos anos 90 que esta forma de migração económica tem diminuído.

Desde 1999, os principais emigrantes em direcção à Europa são os refugiados provenientes da Chechénia. O pedido de asilo proveniente da Federação da Rússia – essencialmente composta por chechenos, quadruplicou-se entre 2000 e 2003; a Rússia transformou-se no principal país emissor de pedidos de asilo em 29 países industrializados (5).

1.2 A imigração

Segundo o recenseamento de 2002, a Rússia acolheu mais de 11 milhões de indivíduos, relativamente a 1989, sendo, segundo as fontes, o segundo ou terceiro país de maior imigração do mundo, ao qual se acrescenta o número da imigração irregular. Este saldo migratório positivo de aproximadamente 6 milhões de pessoas permitiu, não o desaparecimento total do declínio demográfico, mas a sua estagnação. Os principais imigrantes na Rússia foram... russos, no entanto, pode-se ainda observar, nessa época, um fluxo contínuo proveniente de certos países, como por exemplo da Arménia.

FIGURE 3.1
Nationality Composition of Migration to Russia, 1989 to 2003

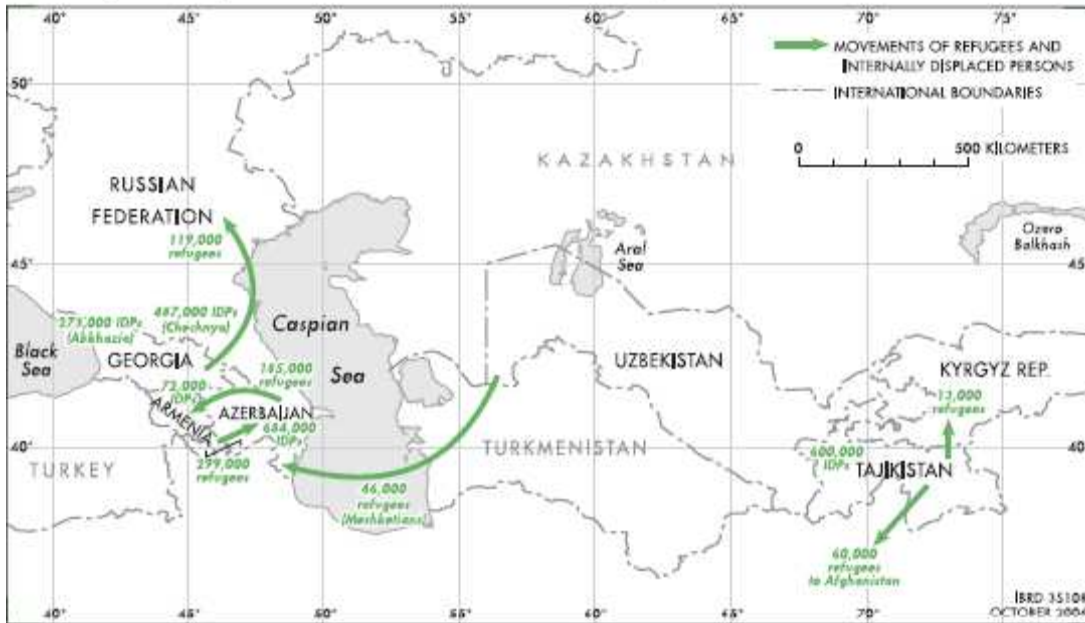


Source: Goskomstat Rossii, Demographic Yearbook of Russia (selected years).

Os mapas que se seguem mostram os movimentos de população ligados aos conflitos e ao conjunto dos fluxos migratórios para a Rússia e a CEI.

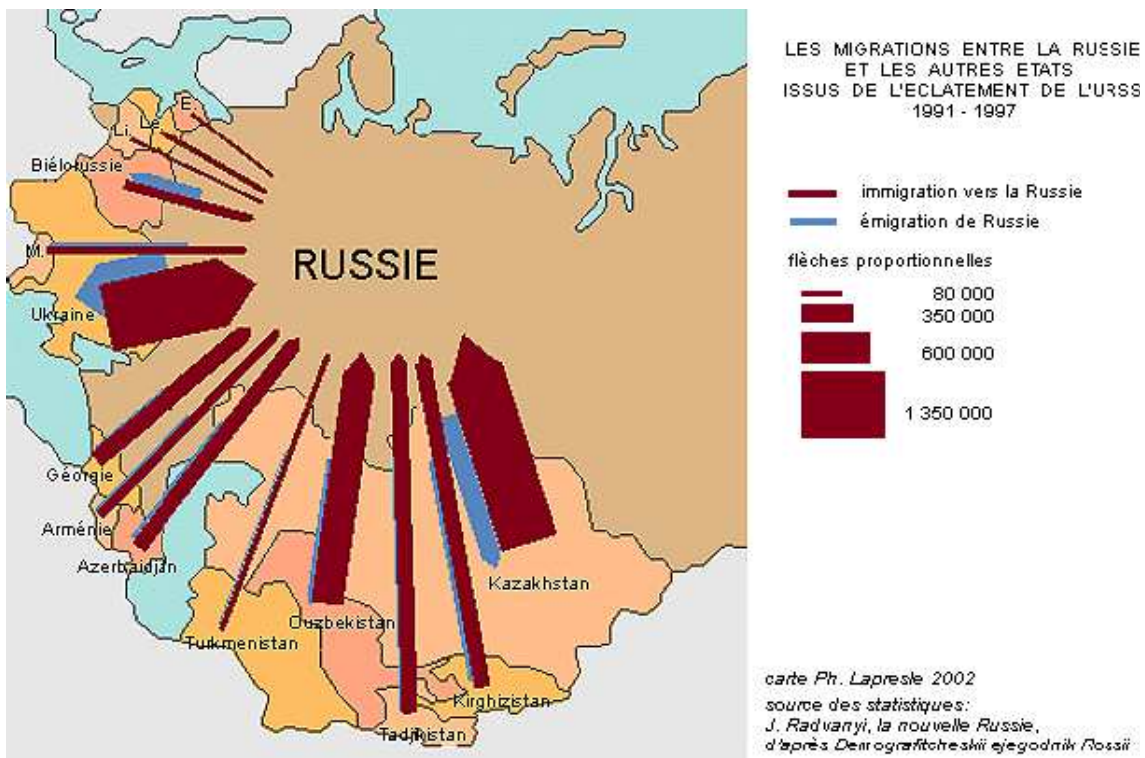
FIGURE 1.8

Main Displaced Population from the Former Soviet Union, Mid-1990s



Source: Based on IOM, CIS Migration Report 1996.

Note: Map is designed to broadly illustrate major refugee and IDP flows at the time, based upon best available information, and is not intended to be authoritative or precise.



Fonte: (1) www.bdic.fr/rideco/rideco.htm 21 Janeiro 2002

a. Os «pés vermelhos»

Com o desmoronamento da URSS, muitos russos residentes nas Repúblicas periféricas “encontraram-se” em estados independentes com os quais não partilhavam a língua e com os quais não se identificavam. O medo das leis opressivas, nomeadamente, sobre a obrigação de falar as línguas nacionais dos novos estados e/ou das tensões internas, fez com que entre 5 e 6 milhões de russos voltassem ou, nalguns casos fossem, para uma Rússia que não conheciam, mas que viam como a sua pátria natural. O regresso desenvolveu-se em meados dos anos 1990. Dos (estimados em) 23 milhões nos finais dos anos 1980, 18 milhões de russos ainda vivem nas Repúblicas da ex-URSS.

As minorias russas vivem principalmente nas três repúblicas bálticas (Lituânia, Estónia, Letónia), agora membros da União Europeia onde, salvo raras excepções não puderam receber a cidadania. Com a queda da URSS, nenhuma lei relativa ao repatriamento facilitou o regresso destes «pés vermelhos», uma vez que o governo considerava a presença de fortes minorias nas repúblicas periféricas como uma alavanca de influência.

Recentemente observou-se uma evolução na política governamental: a crise demográfica e a necessidade de mão-de-obra tornaram necessária a vinda de migrantes, que as políticas estatais procuram, em primeiro lugar, atrair e, em segundo, seleccionar.

O decreto presidencial 637 de 22 de Junho de 2006 que entrou em vigor em Janeiro de 2007 prevê um novo programa de ajudas ao regresso. Está previsto um procedimento mais ágil na obtenção de um visto de residência (*vid na zhitel'stvo*), bem como uma autorização para trabalhar, e ajudas para a mudança, prevendo-se que deve ser logo proposto aos recém chegados um trabalho e uma habitação.

As ONG que trabalham sobre a questão referem que 1,5 milhões de russos ou de “russofonos” vivem no território russo há bastante tempo sem nunca conseguirem obter a nacionalidade russa. Estes deveriam hoje beneficiar das novas medidas. Apesar da propaganda que lhe é feita, subsistem dúvidas acerca da capacidade das 12 regiões participantes no programa piloto financiarem as ajudas ao repatriamento... Por outro lado, se os oficiais sublinham que se trata de acolher pessoas de todas as nacionalidades, e que o termo oficial *sootechstvenniki* (compatriotas) integra todos aqueles que nasceram na URSS e as suas famílias, por outro, vários comentários políticos e mediáticos destacam uma preferência para os migrantes “russofonos sem pronúncia”. O decreto presidencial 637 define o termo «compatriotas» como as pessoas «educadas segundo a cultura russa, dominando o russo e não querendo perder a ligação à Rússia”. As dúvidas revelam as contradições da política migratória russa, encurralada entre a necessidade de resolver, o mais rapidamente possível o problema da mão-de-obra, e a tentação de utilizar a situação dos “pés vermelhos” ao serviço de um discurso nacionalista.

b. Os refugiados oriundos dos conflitos da ex-URSS

Depois de 1991, os conflitos que eclodiram em várias repúblicas da ex-URSS - na Abkhazie (Geórgia), no Alto Karabagh (enclave arménio no Azerbaijão), no Tajiquistão - levaram à fuga de uma parte da população provocando, assim, uma onda de refugiados no seio desses países, mas também, em direcção à Rússia. Segundo a Associação Assistência Cívica (www.refugee.memo.ru) 77% desses migrantes forçados são de origem russa. No território russo, um conflito eclodiu entre a Ossétia do Norte e a Inguchétia em 1992. Entre 45.000 e 60.000 pessoas originárias da Inguchétia foram expulsas do distrito de Prigorodny: 10.000 a 20.000 teriam regressado ao longo de 14 anos,

enquanto 15.000 teriam migrado para a Rússia, enquanto que os restantes permanecem em campos de refugiados ou em situação de grande precariedade na Inguchétia.

É de notar a situação particular dos chechenos: expulsos do seu país pela primeira vez com a guerra de 1994 a 1996, e depois com a retoma do conflito em 1999, sem que o estatuto de “deslocados” lhes tenha sido concedido. Apesar de serem cidadãos russos, os chechenos que vivem na Rússia têm muita dificuldade em fazer valer os seus direitos, e vivem, do ponto de vista das discriminações das quais são vítimas, numa situação semelhante à dos refugiados de outros países.

c. Os migrantes económicos da ex-URSS

Desde os anos 1990, a Rússia atrai muitos migrantes económicos, provenientes da Ucrânia, dos países do Cáucaso (Arménia e principalmente Geórgia) e da Ásia Central. Estima-se que em 2003 trabalhavam oficialmente 380.000 estrangeiros na Rússia (180.000 vieram da CEI), aos quais se juntam os nacionais da ex-URSS em situação irregular, e um número importante da mão-de-obra chinesa e turca. O escritório da OMI estima em 5 milhões o número de estrangeiros em situação irregular, enquanto o relatório do Banco Mundial oferece uma estimativa bastante mais baixa, à volta de 1,5 milhões. Do lado russo, o serviço federal das migrações estima que a Rússia tem 10 a 12 milhões, dos quais, 7 trabalham de forma ilegal: 40% trabalha na construção, 20% no comércio, os restantes trabalham em vários sectores da indústria e da agricultura. Uma vez que estes números são essencialmente um meio para atingir fins políticos, aparecem, por vezes, com outros contornos. A declaração do presidente Putin junto do partido político no poder, Rússia Unida, fala em 500.000 imigrantes legais, em cada 10 a 15 milhões de estrangeiros.

d. A situação particular dos Roms

Forçados em 1956 em todo o território da então URSS a tornarem-se sedentários, as famílias Roms viram, após 1991, as fronteiras administrativas transformarem-se em verdadeiras fronteiras, quebrando, assim, elos familiares ou outros. Por outro lado, duas minorias efectuem as migrações pendulares e vivem na Rússia, em condições particularmente precárias: os Madiary, oriundos das Carpates (fronteira Ucrânia-Hungria) e os Liouli, oriundos da Ásia Central.

e. Imigrantes originários de países fora da ex-URSS

Convém salientar situações particularmente delicadas:

- a dos afegãos: estima-se em 100.000 os afegãos que não podem regressar a casa após a queda do regime apoiado pela URSS; entre estes, apenas algumas dezenas obtiveram o estatuto de refugiados.

(www.refugee.memo.ru)

- a dos estudantes estrangeiros, vindos principalmente de países africanos ou asiáticos que tinham ligações com a URSS e que são cada vez mais vítimas de violências racistas.

2. O quadro jurídico, a sua aplicação e a sua evolução

Apesar dos especialistas insistirem na imigração como solução para a crise demográfica russa, o poder político encara esta realidade quase exclusivamente do ponto de vista “policial”, entregando ao serviço federal das migrações a função de debelar a imigração irregular. Em Janeiro de 2007, novas regras foram instauradas com um duplo objectivo: por um lado, simplificar os procedimentos para os recém-chegados (e, deste modo, ter uma melhor visibilidade da imigração) e, por outro, seleccionar os migrantes. Esta política evoca claramente a noção de “imigração escolhida”.

2.1 A entrada e a estadia

Desde Junho de 2000 que a Rússia se retirou do Acordo de Bichkek de 1992 sobre a liberdade de circulação entre países da CEI. A Rússia prefere assinar acordos bilaterais com os diferentes países da CEI, utilizando como arma política a autorização para entrar, ou não, no território só com o chamado passaporte interno (bilhete de identidade). Os recém chegados de outros países da CEI têm que possuir um passaporte internacional (Tadjikistan), e, em alguns casos um visto (Geórgia, Turquemenistão).

Se a Constituição da Federação Russa permite, em princípio, a livre circulação no território, a herança do sistema soviético revela-se muito forte: na época soviética, o sistema de *propiska* permitiu o controlo das deslocações. Certas cidades eram proibidas e, até aos anos 50, os camponeses não tinham passaportes, não podendo, deste modo, deslocar-se. Desde o início dos anos 90 que a Rússia possui um sistema de registo relativamente complexo, sendo necessário distinguir:

- o registo permanente (ou *registratsia po mestu zhitel'stva*, registo do local de residência): este registo, que é feito junto ao serviço de passaportes (dependentes do Ministério do Interior), é necessário para usufruir de certos direitos (obtenção de passaporte, inscrição em estabelecimentos de ensino superior, assistência médica regular, aquisição de nacionalidade, etc.).

- o registo temporário (*registratsia po mestu pribyvania*): qualquer pessoa que se encontre noutra cidade que não a sua durante mais do que três dias é obrigada a registar-se no serviço de passaportes.

Os cidadãos russos, tal como os estrangeiros, são submetidos a este sistema de duplo registo. A ausência de registo pode dar origem a graves multas, ou mesmo à expulsão, no caso dos estrangeiros. No entanto, na prática, a maioria dos refugiados e imigrantes na Rússia, assim como muitos migrantes do Norte do Cáucaso, têm dificuldades em obter estes registos (particularmente o registo permanente). Com efeito, o procedimento supõe que aluguem legalmente um alojamento, e que o proprietário aceite registá-los na sua casa, o que é extremamente raro (quando um proprietário aceita alugar fá-lo mais provavelmente na “clandestinidade”). Fragilizados, os migrantes são as primeiras vítimas dos “controlos faciais” levados a cabo pela polícia e da extorsão de dinheiro como forma de regularizar a sua situação. A existência de agências que fazem registos falsos alimenta ainda a corrupção e apenas protege metade dos que a elas recorrem.

Os estrangeiros que desejam residir no território russo devem, depois de terem apresentado um certo número de documentos (atestado de rendimentos, certidão de saúde, etc.), obter uma autorização temporária de estadia (*razreshenie na vremennoe prozhivanie*).

Desde 15 de Janeiro 2007 que novos procedimentos simplificados foram adoptados. Os recém-chegados à Rússia já não precisam de pedir um registo, mas apenas informar o Serviço de

Migrações da sua presença no território, dirigindo-se às agências do Serviço de Migrações, ou enviando um formulário específico pelo correio. A obtenção de uma autorização temporária de estadia foi também simplificada. Apenas um cartão de migração (entregue aquando da passagem pela fronteira), um documento de identidade e um atestado de saúde é necessário, servindo esta autorização de estadia como autorização de trabalho. A passagem para um sistema declarativo é aplaudido pelas ONG de defesa dos direitos humanos. Em contrapartida, as multas previstas para as pessoas que não aceitem submeter-se a este procedimento aumentaram. No entanto, e na realidade, é difícil prever que interpretação vai ser dada a estas novas regras e qual a sua aplicação prática. Será necessário proceder, daqui a alguns meses, a uma avaliação para compreender quais os efeitos destas mudanças. As ONG russas sublinham, no entanto, e desde já, que estas regras colocam as pessoas que se encontram na Rússia há algum tempo numa situação delicada, uma vez que os coloca na mesma situação que os recém-chegados.

2.2 A autorização de trabalho

Se as autoridades russas afirmam facilitar, desde Janeiro de 2007, a entrada e a permanência de estrangeiros, o acesso ao mercado de trabalho pelos migrantes económicos é, pelo contrário, muito mais controlado.

As novas leis que entraram em vigor em Janeiro de 2007 modificam o sistema de autorizações de trabalho. Até agora, existiam quotas de mão-de-obra estrangeira para os nacionais de países para os quais a Rússia exigia um visto. Desde 15 de Janeiro de 2007, as autoridades regionais e o governo federal podem estabelecer quotas para todos os migrantes económicos, tendo em consideração a cidadania, a profissão e a qualificação do migrante. Para o ano de 2007, estas quotas foram estabelecidas em 6 milhões de pessoas para os países com os quais a Rússia possui um sistema sem visto, e um pouco mais de 300.000 para os outros países. Por outro lado, desde 15 de Janeiro de 2007, as medidas discriminatórias foram instauradas na actividade comercial. A percentagem de estrangeiros trabalhando nos mercados não deve ultrapassar os 40%, não possuindo autorização para vender álcool ou medicamentos. Está previsto que a partir de 1 de Abril de 2007 os estrangeiros não possam trabalhar nos mercados.

2.3. Estatuto jurídico dos refugiados e deslocados internos

Em 1993, duas leis foram votadas: uma sobre refugiados (*bezidentsy*), outra sobre deslocados internos (*vynuzhdneye pereselentsy*). Os deslocados designam os cidadãos russos que tiveram que abandonar o seu local de residência por causa da desordem massiva, ou outro factor, enquanto que o termo refugiado diz respeito a cidadãos de outros países. De facto, apenas uma parte dos migrantes forçados beneficiaram destas leis; a associação Assistência Cívica avalia em 4 milhões o número de migrantes forçados chegados à Rússia entre 1992 e 2003 – de entre deles apenas 1,4 milhões teriam recebido o estatuto de refugiado ou deslocado. É de notar que as pessoas a quem foi dado o estatuto de refugiado são sobretudo de etnia russa ($\frac{3}{4}$ dos estatutos reconhecidos entre 1995 e 1999).

2.4. Aquisição da nacionalidade (cidadania russa)

Segundo a lei votada em 1992 os cidadãos da ex-união soviética que residam de forma permanente na Rússia na altura do voto da lei obtêm automaticamente a cidadania russa.

O mesmo se passa com os cidadãos instalados depois de 1992, e no caso destes não possuem outra cidadania. Em Abril de 2002, uma nova lei sobre as nacionalidades foi votada, à qual se veio juntar, em Junho de 2002, uma lei sobre a “situação jurídica dos estrangeiros”. Para se dar início a um pedido de naturalização é necessário um registo do “lugar de residência permanente”, quando o que

acontece na realidade é que a maior parte das pessoas possui, na melhor das hipóteses, um registo temporário. As pessoas que desejem adquirir a nacionalidade russa devem, ainda, renunciar à sua nacionalidade, sendo este um passo que muitos receiam dar. Neste contexto, mesmo que anualmente algumas centenas de milhares de pessoas recebam a nacionalidade russa, outros milhares ficam de fora do sistema. Durante o recenseamento de 2002, 400.000 pessoas foram declaradas apátridas e 1,3 milhões de pessoas não puderam indicar a sua cidadania.

2.5. As expulsões

A situação jurídica dos migrantes é de tal forma frágil que alguns deles vêm-se privados do estatuto já obtido: privação do estatuto de refugiado, de autorização de residência ou mesmo de cidadania.

- no quadro da campanha contra a Geórgia de Outono de 2006, alguns georgianos viram o seu registo temporário ou permanente, a sua autorização de residência e mesmo a decisão de lhes dar cidadania, anulada. Dezenas de pessoas originárias da Geórgia viram-se em centros de detenção, sendo expulsos para a Geórgia na sequência de decisões de justiça expeditas.

- outra situação delicada é a dos refugiados ouzbeqs: a Rússia colabora com o regime autoritário ouzbek na “luta contra o terrorismo”; dezenas de pessoas acusadas de serem islamistas, membros do partido *HizbutTahrir*, viram-se condenadas na Rússia, e até expulsos da Rússia, tendo sido, por vezes, destituídos da sua nacionalidade.

3. Migrações e aumento da xenofobia e das discriminações

O Outono de 2006 constitui uma verdadeira viragem, tanto dum ponto de vista político como jurídico. Numerosos relatórios e artigos sublinharam ataques e assassínios de cariz racista visando os imigrantes que trabalham na Rússia, nomeadamente nos mercados, teatro de acções colectivas violentas de grupos de *skin-heads* ou de outros movimento ultra-nacionalistas e militarizados, acções que só muito raramente são objecto de perseguições judiciais. No entanto, a política oficial do estado russo não se declarava abertamente hostil à imigração. Choques inter-étnicos violentos em Kondopoga na Carélia, em Setembro, seguido da crise diplomática com a Geórgia, em fins de Setembro, início de Outubro de 2006, constituiu pretexto para uma mudança de discurso e de política, por parte das autoridades russas. O Movimento Contra a Emigração Ilegal (DPNI), que incentivou e dirigiu os motins de Kondopoga, mantém uma posição crescente no espaço mediático russo.

Os trabalhadores estrangeiros são considerados demasiado numerosos e designados como a causa principal da dificuldade dos russos em encontrar trabalho, nomeadamente nos mercados, como o demonstra a nova legislação. A vontade de impor uma forte limitação à imigração dos “não russos” é claramente exprimida por um dos responsáveis do Serviço Federal das Migrações que declara que para lá dos 20% de imigrantes, o princípio da tolerância é ultrapassado em favor da população “de origem”.

3.1 Das discriminações quotidianas ao discurso político racista

Além das dificuldades em legalizar a sua situação, os migrantes encontram numerosas dificuldades para encontrar alojamento. Os anúncios classificados “reservado a russos” ou “negros abstenham-se” são comuns. Por outro lado, a hostilidade relativamente aos imigrantes é clara: segundo uma

investigação do Centro Levada feita em Novembro/Dezembro 2004, 58% das pessoas interrogadas aceitavam a ideia de que a administração do seu bairro ou município proibisse a estadia a caucasianos ou pessoas originárias da Ásia Central. Em Outubro de 2005, o partido Rodina apelava no seu tempo de antena eleitoral (que acabou por ser proibido) a que “Moscou fosse limpa do lixo”, a assimilação dos imigrantes aos cabelos negros, comendo melancias com uma música de fundo caucasiana e os “dejectos” estavam apenas subentendidos.

A atmosfera geral de hostilidade para com os imigrantes, levado a cabo entre outros pelos *media* e os partidos políticos, alimenta-se de estereótipos do período soviético e de todos aqueles ligados às novas ameaças: são assim acusados do aumento da criminalidade, do tráfico de droga, da perversão da população russa (“andam a roubar-nos as nossas filhas e as nossas mulheres”), de viverem entre eles, de só falarem a sua língua e, portanto, de serem incapazes de se integrarem.

Numa perspectiva “higienista”, acusam-nos de ser uma ameaça para a saúde da população local (uma vez que os imigrantes ilegais apenas têm direito aos serviços de saúde de urgência). Acusam-nos igualmente de destabilizar o mercado de trabalho e o emprego ao aceitarem salários demasiado baixos, e do mercado imobiliário, por aceitarem rendas demasiado elevadas. O fenómeno da mendigagem, que tem aumentado desde o início da década de 90, é atribuído aos “estrangeiros”, acusando-os de viver às custas da população russa e de não trabalharem... são também acusados, aqueles que trabalham de forma ilegal, de não pagarem impostos, de reenviarem dinheiro para os seus países e de, portanto, atentarem contra a economia russa.

Ao mesmo tempo, os imigrantes são vistos como trabalhadores maioritariamente do sector comercial. Invejados como minorias que “têm sucesso”, são acusados de favoritismo étnico e de clientelismo (apenas recrutam pessoas com a mesma origem, colocando, deste modo, uma barreira no acesso ao trabalho por parte dos russos), mas também de vender muito caro mercadorias de má qualidade. Tendo sido instauradas, em Janeiro de 2007, quotas limitando a presença de estrangeiros nos mercados e proibindo-os de vender produtos ditos “perigosos” (álcool, medicamentos) as autoridades legitimam a ideia segundo a qual os estrangeiros poderiam perverter a população russa, pôr em causa a sua saúde, e tomar o lugar dos russos nos postos de trabalho, como, aliás, atestam os discursos proferidos após o incidente de Kondopoga.

3.2 As violências racistas

Desde há muitos anos que as violências cometidas pelos skin-heads e os assassínios racistas têm vindo a aumentar. Em 2006, o número de mortos por ataques racistas elevou-se, segundo a associação anti-racismo Sova, a 54 pessoas. A mesma associação estima que no mesmo ano 520 pessoas foram vítimas de ataques racistas, esclarecendo que não se trata de números completos. Segundo a Amnistia Internacional, 28 pessoas terão sido assassinadas e 336 agredidas por questões raciais.

Algumas cidades como São Petersburgo ou Voronej tornaram-se lugares em que as agressões e assassínios são cometidos com frequência.

A 21 de Agosto de 2006 uma bomba explodiu no mercado Tcherkizovskiy em Moscovo, matando mais de 10 pessoas e ferindo outras 50: segundo a investigação, os terroristas faziam parte de grupos nacionalistas e tinham como objectivo lesar os estrangeiros (essencialmente do Azerbaijão) que trabalhavam no mercado. As vítimas não podem procurar a ajuda da polícia (pois ela própria é

denunciada por violência ou discriminações raciais), nem a ajuda da justiça, que é muitas vezes estranhamente clemente com os autores de ataques racistas considerados muito raramente como tal.

3.3 Regresso da campanha anti-Geórgia

A campanha anti-Geórgia que teve início no Outono de 2006 é um exemplo acabado das práticas da polícia e da justiça, e sobretudo da forma como a política oficial russa pode tornar-se abertamente racista.

O Presidente Putin pediu que a vigilância sobre os mercados fosse melhorada de forma a proteger “os interesses dos produtores russos e da população russa nativa” denunciando, na mesma altura, o controlo dos mercados por grupos criminosos “com traços nacionais”. Na Rússia, a polícia focalizou a sua atenção no comércio e empresas de pessoas da Geórgia, controlando ou encerrando uma parte destes negócios. Os georgianos nascidos ou instalados há longo tempo na Rússia, possuidores muitas vezes de nacionalidade russa, e não se considerando migrantes, foram tratados como estrangeiros “pelo passaporte” símbolo das práticas repressivas das autoridades. O serviço federal das migrações declarou que não aumentaria as quotas autorizando os cidadãos georgianos a trabalhar oficialmente na Rússia. A campanha foi acompanhada por uma forte propaganda nos *media*, sendo ainda publicadas nas escolas listas de crianças com origem georgiana. As autoridades federais acabaram por interceder apelando à moderação, e imputando às autoridades locais os excessos cometidos.

Sob variados pretextos vários georgianos foram presos, sendo a maior parte deportados. Os testemunhos recolhidos pela Associação de Assistência Cívica em Moscovo e noutras cidades russas revelam algumas práticas comuns:

- interditar o prolongamento da autorização de registo ou residência;
- encerramento das pequenas empresas ou dos pequenos comércios pertencentes a georgianos;
- prisões nos mercados ou nas ruas, sob a égide de um controle de identidade “ao facies”; as pessoas apreendidas são levadas em grupos junto de um tribunal que pronuncia, em poucos minutos, a expulsão da Rússia, sem ter em conta as condições da pessoa ou a sua situação familiar. Esta situação é particularmente trágica para os refugiados georgianos do Abkhazie que não podem voltar à sua região de origem e não têm possibilidade de serem acolhidos na Geórgia;
- antes das expulsões estas pessoas são detidas em centros onde as condições são comparáveis, segundo a Assistência Cívica, à tortura. A 3 de Dezembro de 2006, Manana Djabelia, refugiada do Abkzie na Rússia foi encontrada morta num centro de detenção em Moscovo;
- segundo as informações recolhidas pela ONG Memorial, esta política foi estabelecida em conformidade com documentos do Ministério do Interior que pediam aos comissariados locais para fazer com que o maior número possível de georgianos fosse preso, pedindo ainda aos tribunais que estas prisões se traduzissem em expulsões.